

Movimento operário, partidos estaduais e mudança política: a trajetória de Elbe Lauro Pospissil (Paraná, 1919-1937)

*Labour movement, regional parties and political change:
the trajectory of Elbe Lauro Pospissil (Paraná, 1919-1937)*

Sandro Aramis Richter Gomes

 <https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>

Universidade Federal do Paraná

Resumo: Neste artigo investigou-se o percurso político do tipógrafo paranaense Elbe Lauro Pospissil (1893-1943) no período que abarca os anos de 1919 a 1937. Por meio de um estudo de caso, a finalidade deste trabalho residiu em reconhecer a natureza e as limitações da atividade eleitoral de líderes operários que participaram da vida política entre final da Primeira República e os meados da Era Vargas. Primeiro, foi demonstrado que Pospissil pertenceu a uma ala de líderes operários para os quais era crucial que os trabalhadores se organizassem em um partido. No Paraná, contudo, as iniciativas para a fundação de partidos operários não prosperaram. Segundo, demonstra-se que esse tipógrafo era contrário ao apoio eleitoral prestado por entidades operárias a candidatos não pertencentes aos movimentos políticos de trabalhadores. Nesse contexto, tal assunto era um motivo de celeumas entre os dirigentes locais de associações operárias. Terceiro, evidenciou-se que o insucesso da constituição de partidos operários no Paraná resultou na absorção de Pospissil a um grupo formado por políticos profissionais que tentavam retornar ao quadro partidário regional.

Palavras-chave: Estado do Paraná. Movimento operário. Mudança política. Partidos estaduais.

Abstract: This article analyzed the political career of the typographer from Paraná Elbe Lauro Pospissil (1893-1943) in the period between 1919 and 1937. Through a case study, the purpose of this work was to recognize the nature and the limitations of the electoral activity of labor leaders who participated in political life from the end of the First Republic to the middle of the Vargas Era. First, Pospissil belonged to a wing of labor leaders for whom it was crucial that the workers organize themselves into a party. In Paraná, however, initiatives for founding workers' parties did not prosper. Second, this typographer was against the electoral support provided by workers' organizations to candidates who did not belong to the workers' political movements. In this context, such a subject was a cause for controversy among the local leaders of workers' associations. Third, the failure of the constitution of workers' parties in Paraná resulted in the absorption of Pospissil to a group formed by professional politicians who tried to return to the regional political scene.

Keywords: Labour Movement. Political change. Regional parties. State of Paraná.

Introdução

Neste trabalho analisa-se a atuação política do tipógrafo paranaense Elbe Lauro Pospissil (1893-1943) no período que abrange os anos de 1919 a 1937. Nesse recorte temporal, o ano de 1919 é alusivo à época em que Pospissil começou se envolver em



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

iniciativas para a formação de associações operárias. O ano de 1937, por seu turno, é referente ao término de sua participação na cena partidária do Paraná. A abordagem aqui realizada evidencia as dificuldades inerentes à atividade de política de um indivíduo cuja carreira se desenvolveu fora dos quadros dos partidos dominantes. Em um sentido amplo, o presente artigo objetiva produzir conhecimento acerca dos obstáculos peculiares à ação eleitoral de lideranças operárias no período que se estende do final da Primeira República aos meados da Era Vargas.

Há três argumentos sustentados nesta investigação. Primeiro, cumpre demonstrar que Pospissil pertenceu a uma geração de líderes operários para os quais a filiação dos trabalhadores a um partido político era um objetivo central. Na mencionada época, porém, as tentativas de concretização desse propósito não foram bem-sucedidas no Paraná. Segundo, trata-se de ressaltar que esse tipógrafo era contrário ao apoio eleitoral conferido por entidades operárias a candidatos que eram oriundos de segmentos da elite social, mas se apresentavam como representantes políticos dos trabalhadores. Esse tema era um fator de antagonismos entre as lideranças operárias do estado. Por consequência, o momento da definição de candidaturas operárias ocasionava cisões entre essas lideranças. Terceiro, convém demonstrar que o malogro do projeto de criação de um partido operário levou uma parcela dos membros do movimento operário local, a exemplo de Pospissil, a aderirem a um grupo composto por indivíduos que atuaram como políticos governistas no contexto da Primeira República.

O estudo da formação de partidos minoritários e da ação eleitoral de opositoristas têm obtido atenção nas análises referentes à Primeira República brasileira. A historiografia demonstra que, em distintas regiões do país, havia grupos opositoristas dotados de uma organização interna suficiente para constituir uma base eleitoral e vencer candidatos das agremiações dominantes (FIGUEIREDO, 2014; RIBEIRO, 2019). Nesse cenário, os postulantes ligados a partidos minoritários costumavam contestar a vitória dos situacionistas para cargos como o de deputado federal (ZULINI, 2016).

Um avanço proporcionado pelos estudos acima mencionados reside no reconhecimento das formas de polarização política nos estados e das circunstâncias que levaram ao fortalecimento eleitoral de integrantes da oposição. Essa linha de abordagem propicia uma compreensão acerca do surgimento e ocaso de partidos minoritários, bem como favorece o conhecimento da formação e dos limites da base de apoio dos rivais das agremiações dominantes. Em última instância, uma contribuição das análises sobre as disputas políticas nas quatro primeiras décadas republicanas consiste na identificação de distinções regionais quanto à maior ou menor condição dos opositoristas desenvolverem uma atividade permanente e se tornarem eleitoralmente competitivos.

Ao mesmo tempo, convém mencionar que os estudos políticos sobre a Primeira República têm destacado a atuação de membros do operariado no jogo eleitoral dos estados. Essa análise possibilita o entendimento das estratégias eleitorais e das ideias políticas dos integrantes de entidades de classe (DOMINGUES, 2017; KAREPOVS, 2006; PRADO, 2019). Ela também favorece a comparação respeitante aos fatores que levavam a dissensões entre lideranças dos trabalhadores (CASTELLUCCI, 2008). Tal corrente de estudo ressalta as diferenças entre as agremiações operárias quanto à constância de sua atividade política, assim como propicia o reconhecimento dos fatores que provocaram a desmobilização dos envolvidos nos projetos de consolidação de partidos opositoristas.

Por outro lado, compete reconhecer duas limitações nos estudos da ação eleitoral que oposicionistas que atuaram como lideranças operárias. Uma limitação diz respeito à análise do envolvimento de operários no jogo eleitoral em épocas nas quais não estavam congregados em um partido. A investigação da trajetória de Elbe Pospissil permite salientar que a aproximação com governistas e a aliança com políticos veteranos foram estratégias políticas adotadas por uma fração do operariado paranaense. Mais precisamente, um avanço nos estudos políticos reside na identificação das circunstâncias que levaram antigos membros de agremiações minoritárias a cultivarem vínculos com integrantes de partidos situacionistas. A execução dessa análise propicia o entendimento das características e dos efeitos das estratégias eleitorais adotadas por dirigentes sindicais naquela época.

A segunda limitação, por sua vez, é concernente ao reconhecimento das diferenças entre as agremiações de trabalhadores quanto à disposição para conferirem apoio eleitoral a indivíduos que não pertenciam ao meio operário. A historiografia se ressentia da falta de estudos que evidenciem o grau de interferência exercido por esses indivíduos na definição de candidaturas apoiadas por entidades de classe. O desenvolvimento dessa linha de abordagem favorece o conhecimento dos embates inerentes a grupos políticos que buscaram se constituir como alternativas aos partidos dominantes.

A realização dessa abordagem permite o entendimento das disputas internas às associações operárias. Ela favorece a compreensão das circunstâncias que geraram a manutenção ou perda do controle de antigos líderes operários sobre as atividades político-eleitorais de associações de classe e de partidos minoritários que funcionavam em âmbito estadual. Por meio da análise de informações extraídas de periódicos de circulação regional, esta investigação se dedica a identificar a origem e os efeitos das cisões entre membros de distintas gerações de lideranças operárias do Paraná.¹

Os oposicionistas na vida política paranaense: décadas de 1910 e 1920

O estudo da atuação partidária de Elbe Pospissil requer, preliminarmente, a elaboração de um panorama do cenário político do Paraná nos anos finais da Primeira República, com especial ênfase para o caso da ação eleitoral dos integrantes de partidos minoritários e de associações de classe. Nesse âmbito, cumpre dedicar atenção aos aspectos da participação de lideranças operárias em tal cenário. Trata-se, pois, de sustentar três constatações. Primeiro, convém ressaltar que nesse período a agremiação governista, denominada Partido Republicano Paranaense (PRP), não possuía adversários que ameaçassem o seu domínio sobre as instituições políticas e administrativas do estado. O Paraná não fez parte do conjunto de estados cujos oposicionistas conseguiram, ainda que circunstancialmente, derrotar os postulantes da situação em disputas para cargos do Poder Legislativo. Dentre esses estados, estavam Minas Gerais e Rio Grande do Sul (FIGUEIREDO, 2017; RIBEIRO, 2019).

A única forma de os oposicionistas do Paraná conquistarem mandatos legislativos era por meio da apresentação de chapas incompletas pelos governistas. Porém, nesse estado tal cessão foi interrompida em 1915 (A REPÚBLICA, 12 out. 1915, p. 1). Nessa época, a oposição paranaense estava distante das instituições políticas. Os candidatos dos partidos minoritários experimentaram contínuas derrotas para os candidatos do PRP.² Essa

¹ Os jornais empregados na confecção deste artigo estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <memoria.bn.br>

² O Partido Autonomista (PA), por exemplo, foi uma agremiação paranaense cuja existência abrangeu os anos de 1919 a 1921. Todos os seus candidatos a deputado estadual, deputado federal e prefeito foram derrotados. A baixa capilaridade do PA fora da capital do estado é atestada pelo fato de que em 1921, no pleito para deputado

situação de baixa competitividade foi responsável por desagregar os oposicionistas e levá-los se abster de apresentar chapas nas disputas para cargos executivos e legislativos. Nas eleições para deputado estadual ocorridas em 1923, 1925 e 1927, a oposição não lançou candidatos.³ Desse modo, no começo dos anos 1920, no Paraná, não havia uma agremiação oposicionista em atividade. A curta duração dos partidos minoritários foi um aspecto característico da vida política do Paraná republicano (GOULART, 2014; GRANATO, 2021).

Segundo, cabe destacar que tal contexto não foi marcado pelo aparecimento de novas lideranças no campo da oposição. Os períodos de baixa atividade eleitoral dos oposicionistas não eram sucedidos pela renovação dos membros desse campo. A ação política dos rivais do PRP era controlada por indivíduos que atuavam na oposição desde 1915, ano em que ocorreu uma dissidência no partido situacionista. Ou seja, os líderes oposicionistas eram veteranos que haviam mantido um longo vínculo com a agremiação dominante (O DIA, 7 fev. 1926, p. 4).

Foram bacharéis como Benjamin de Albuquerque Lins (1876-1951) e Ulysses Falcão Vieira (1885-1942) que, no final dos anos 1920, se dedicaram a criar agremiações oposicionistas. Em 1926, eles fundaram o Partido Democrático Paranaense, o qual sustentava propostas como a implementação do voto secreto (O DIA, 21 dez. 1926, p. 4). Essa agremiação, contudo, se extinguiu em 1927. Em 1929, esse grupo político se reorganizou para instalar um diretório estadual da Aliança Liberal, agremiação que apoiou Getúlio Vargas na disputa pela Presidência da República ocorrida no ano seguinte (O DIA, 2 jan. 1930, p. 1). Dessa forma, os veteranos lideraram sucessivas iniciativas destinadas a manter uma agremiação em funcionamento no Paraná.

O aparecimento de diretórios paranaenses do Partido Democrático e da Aliança Liberal evidencia que, nos anos finais da Primeira República, a oposição estadual estava engajada em uma tarefa que contou com a adesão de oposicionistas radicados em distintos estados. Essa tarefa consistiu na defesa de medidas para a reforma do sistema político nacional.⁴ No Paraná, os candidatos apoiados por esses partidos não se elegeram. Entretanto, a presença de governistas dissidentes nas agremiações oposicionistas surgidas final dos anos 1920 é um indício de que, no período pouco anterior ao início da Era Vargas, o quadro de lideranças partidárias desse estado não havia experimentado expressiva renovação.

Em terceiro lugar, cumpre salientar que no Paraná, desde o limiar da Primeira República, houve a participação de líderes operários na vida política. Eles lançaram candidatos em eleições para cargos municipais, estaduais e federais. Existiram momentos em que esses líderes conseguiram amear apoios suficientes para constituir um partido ou ao menos formar uma chapa. Contudo, esses momentos foram raros. A presença de operários nas disputas eleitorais foi um acontecimento episódico na cena política paranaense. Eles se envolviam de forma ostensiva nessas disputas após longos períodos

federal, o candidato desse partido conseguiu suplantar os governistas apenas no município de Paranaguá (A REPÚBLICA, 21 fev. 1921, p. 1).

³ Em 1921, na disputa por trinta vagas ao Congresso Legislativo do Paraná, a oposição apresentou somente um candidato, o qual não se elegeu (A REPÚBLICA, 17 nov. 1921, p. 2). Em 1929, surgiram onze candidatos avulsos a deputado estadual, visto que em tal ocasião o PRP cedeu quatro vagas aos representantes dos grupos políticos minoritários (A REPÚBLICA, 29 nov. 1929, p. 3).

⁴ No fim dos anos 1920, surgiram agremiações denominadas de *Partido Democrático* em diferentes estados, a exemplo de São Paulo (PRADO, 1986). A crítica aos vícios do sistema político, como a fraude eleitoral, era um elemento intrínseco à mensagem desses partidos. De sua parte, os dirigentes regionais da Aliança Liberal também dedicaram especial atenção ao tema das mudanças no ordenamento político. Eles reconheciam, notadamente, a pertinência da instituição do voto secreto (CARVALHO, 2007).

de ausência. Durante as quatro primeiras décadas republicanas, houve seis pleitos nos quais os operários paranaenses lançaram postulantes a cargos do Poder Legislativo.

Em 1890, o Partido Operário apresentou chapas de candidatos a senador e a deputado federal, os quais não se elegeram (SETE DE MARÇO, 6 set. 1890, p. 4). Em 1896, essa agremiação elegeu um deputado estadual pelo fato de que o partido governista havia lançado chapa incompleta. Naquele ano, a agremiação também elegeu dois vereadores em Curitiba, a capital paranaense, por causa do lançamento de chapa incompleta pelos governistas (A REPÚBLICA, 23 set. 1896, p. 1). A duração do PO não se estendeu para além dos anos 1890. Assim, as candidaturas operárias surgidas nos anos subsequentes não estavam vinculadas a um partido. Elas eram amparadas apenas por associações de classe. Em 1908, líderes operários de Curitiba homologaram uma chapa para os cargos de vereador e juiz distrital. Porém, os postulantes foram derrotados pelos candidatos governistas (A REPÚBLICA, 18 jun. 1908, p. 2). Em 1929, Elbe Pospissil se elegeu deputado estadual na condição de candidato independente respaldado por associações de classe (A REPÚBLICA, 29 nov. 1929, p. 3).

Em 1930, por fim, a Federação Operária do Paraná (FOP) apresentou, sem sucesso, um postulante ao cargo de deputado federal (O DIA, 10 abr. 1930, p. 1). A fundação dessa entidade ocorreu em 1906 (ARAÚJO e CARDOSO, 1992). Foi tardio o seu envolvimento no jogo eleitoral do estado. Nessa época, portanto, a mobilização de trabalhadores paranaenses não era comumente acompanhada por iniciativas destinadas ao envolvimento dos operários nas disputas eleitorais.

No Paraná, ao tempo da Primeira República, era frequente a ocorrência de greves em diferentes setores profissionais. Havia, também, jornais destinados à sustentação de demandas de trabalhadores (VALENTE, 1997). Todavia, foram escassas as iniciativas voltadas a congregar os operários em partidos políticos. As principais iniciativas ocorreram em 1890, ano de criação do Partido Operário, e em 1925, época da fundação do Partido Socialista Paranaense. Em síntese, apenas duas gerações de lideranças operárias demonstraram maior inclinação para se integrar ao quadro partidário regional.

Em suma, os operários paranaenses desenvolveram uma atividade eleitoral inconstante. Foram raros os momentos em que eles alcançaram um grau de unidade interna suficiente para ambicionar vencer os postulantes da situação. De outra parte, trata-se de demonstrar que a falta de participação em pleitos eleitorais não significou ausência de movimentação política dos expoentes locais do movimento operário. Assim, cumpre salientar a natureza das propostas e dos vínculos políticos que cultivaram nas épocas em que não estavam integrados a um partido.

A integração Elbe Pospissil ao meio operário paranaense: repertório de ideias e conexões políticas

Na presente seção demonstra-se que, nos anos finais da Primeira República, existiram iniciativas para promover maior unidade entre os operários do Paraná. A proposta dos novos líderes dos trabalhadores era que essa união fosse acompanhada por um programa de formação política dos operários. A análise da participação de Pospissil na execução dessas iniciativas demanda o conhecimento da gênese de sua atividade política. Nesse âmbito, compete demonstrar que esse tipógrafo não permaneceu envolvido de forma ininterrupta nos esforços para a fundação ou reorganização de entidades de classe. O caráter intermitente de sua participação no movimento operário consiste em um indício das

dificuldades para que os trabalhadores paranaenses, sobretudo os residentes na capital do estado, desenvolvessem uma ação política unificada.

A inserção de Pospissil na vida política significou a perpetuação da presença de sua família no quadro partidário e em entidades assistenciais compostas por operários. Essa presença se iniciou nos anos 1880, época em que surgiram na capital paranaense associações que reuniam operários livres e trabalhadores egressos da escravidão (FABRIS e MENDONÇA, 2019). O pai de Elbe Pospissil era o austríaco Antônio Pospissil (1830-1906), o qual se radicou em Curitiba em 1863 e exerceu a profissão de alfaiate (NEGRÃO, 2004, v. 6, p. 391). Nos últimos anos do regime monárquico, esse imigrante foi membro da Sociedade Protetora dos Operários (SPO) (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 5 mar. 1884, p. 4), bem como se integrou ao Partido Conservador. Antônio Pospissil pertenceu a essa agremiação na época em que ela atuava como um partido situacionista (GAZETA PARANAENSE, 14 mar. 1889, p. 3). Nesse contexto, ainda não havia ostensiva mobilização política dos operários paranaenses. Entidades como a SPO não tinham o intuito de se envolver na vida partidária. Portanto, as suas atividades possuíam um caráter eminentemente assistencial.⁵

Por outro lado, cumpre destacar que nas primeiras décadas republicanas a aproximação eventual com políticos governistas não foi um elemento incomum às trajetórias de membros das agremiações operárias do Paraná. Esses correligionários não permaneceram de forma ininterrupta como adversários dos ocupantes de posições centrais no ordenamento administrativo estadual.

Para corroborar tal afirmação, cumpre atentar a passagens do percurso político de um irmão de Elbe Pospissil, o alfaiate Antônio Pospissil Júnior (1867-1906), o qual se elegeu deputado estadual pelo Partido Operário em 1896, mas não permaneceu por longo tempo integrado a essa agremiação (A REPÚBLICA, 23 set. 1896, p. 1). No fim dos anos 1890, esse alfaiate transferiu-se para o partido governista. Por consequência, ele teve acesso aos esquemas de preenchimento de cargos públicos.⁶ O envolvimento nesses esquemas representou o fim do seu envolvimento em disputas eleitorais.⁷ Os familiares de Elbe Pospissil não desenvolveram uma carreira política. Eles também não se consolidaram como próceres de associações operárias. Do final do século XIX ao começo do século XX, a participação dessa parentela nas instituições políticas e nos partidos foi circunstancial.

Há três aspectos que distinguem a atuação política de Elbe Pospissil daquela desenvolvida por seus familiares. Primeiro, convém ressaltar que ele alcançou posição de protagonismo nas iniciativas voltadas à criação de partidos socialistas e operários. Na Primeira República, a manutenção de vínculos com políticos veteranos e governistas não culminaram na sua absorção ao partido dominante. Segundo, cabe destacar que esse tipógrafo era inclinado à formulação de sugestões para a ação política e a organização

⁵ Uma das atividades da SOP era arrecadar donativos junto aos seus associados para garantir o sustento das famílias de operários que se encontravam afastados do trabalho por motivo de doença (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 8 jan. 1886, p. 3).

⁶ No Paraná, durante o Segundo Reinado e a Primeira República, a nomeação política era a principal forma de preenchimento dos cargos públicos. Não havia critérios precisos para a seleção de funcionários. Os cargos de distintos estratos da hierarquia administrativa estadual e municipal eram ocupados por correligionários do partido governista. Nos anos 1890, houve apelos de políticos opositoristas em prol de uma reforma no serviço público, de modo a inibir as indicações discricionárias (O DEMOCRATA, 7 jun. 1892, p. 2). Contudo, essa reforma jamais ocorreu. Em síntese, o ingresso de membros da família Pospissil na administração pública não aconteceu por meios irregulares. Ele ocorreu de uma maneira muito convencional, qual seja, a indicação por critérios político-partidários.

⁷ O pertencimento à ordem governista não assegurou a Antônio Pospissil Júnior o acesso a posições centrais na vida administrativa paranaense. Um dos cargos para os quais foi nomeado era o de administrador do Passeio Público da cidade de Curitiba (A REPÚBLICA, 25 out. 1900, p. 3).

interna do operariado. Terceiro, ele teve uma participação duradoura nas entidades de classe e nas instituições políticas paranaenses.

Essa atuação se tornou mais consistente a partir de 1919, ano da fundação da União Operária do Paraná (UOP). Aos 26 anos de idade, Pospissil participou da criação dessa entidade, bem como fez parte de sua primeira diretoria. A análise do repertório de propostas da UOP permite compreender a forma de ação política dos operários paranaenses pertencentes à geração de Pospissil. Essa abordagem possibilita reconhecer que as ideias sustentadas por esse dirigente sindical se assemelhavam às apresentadas tanto por lideranças socialistas como por personagens da elite política nacional.

Em 8 de junho de 1919, na cidade de Curitiba, foi criada a União Operária do Paraná. O aparecimento dessa entidade foi saudado pelo jornal situacionista *A República*. O principal elogio tecido pelo periódico à nova associação dizia respeito ao fato de que os seus dirigentes rejeitavam as greves. A base da ação política adotada pelos fundadores da UOP está resumida no seguinte excerto:

[A UOP] não cogitará de Greve, que nunca resolveu problema algum, mas assegurará ao operariado que já está na hora de compreender a importância da própria missão, de que a simples pressão moral de uma vontade coletiva é um poder soberano. Sem violência, mas com a firmeza das forças coesas será o bastante para a vitória (*A REPÚBLICA*, 10 jun. 1919, p. 1).

A UOP buscou abandonar uma prática que, desde os 1890, era recorrente entre os operários paranaenses. De 1892 a 1919, eclodiram vinte e quatro greves no Paraná. Os municípios marcados pela maior frequência da paralisação de trabalhadores eram Curitiba e Paranaguá (ARAÚJO e CARDOSO, 1992). A referida associação tentou se consolidar como mediadora do operariado junto aos empregadores. No entendimento dos membros da comissão executiva da UOP, essa mediação era crucial para que antigas demandas dos empregados fossem concretizadas, a exemplo da instituição da jornada de trabalho de oito horas e do aumento de salário (*A REPÚBLICA*, 10 jun. 1919, p. 1).

A nova entidade, portanto, adotou uma postura conciliatória. Ela preconizava uma forma de relacionamento entre patrões e empregados semelhante à advogada por membros da elite política brasileira. O reconhecimento da interdependência entre esses dois grupos e a crítica a manifestações grevistas eram inerentes às posições sustentadas por essa elite.⁸ Eram pouco numerosos os membros da classe política que reconheciam a legitimidade da paralisação do trabalho como forma de reivindicação de direitos sociais.⁹

Os idealizadores da UOP almejavam tornar essa entidade um centro de formação política e educacional dos trabalhadores. Essa formação propiciaria que os operários se

⁸ O jurista baiano Rui Barbosa (1849-1923), que durante a Primeira República fez oposição a diferentes governos, manifestou-se sobre as reivindicações operárias. Durante a campanha presidencial de 1919, da qual participou como candidato, ele condenou as manifestações sociais marcadas pelo radicalismo. Atente-se, pois, às seguintes considerações apresentadas por Barbosa: “Quando me preocupo com a iminência de comoções e subversões, não é porque as almeje, busque ou estime (cansado estou de implorar que as evitemos), mas é porque as temo [...] e quero convencer os que as promovem de que devemos nos unir contra os seus tremendos perigos” (BARBOSA, 1966, p. 453).

⁹ Dentre esses membros, estava o advogado fluminense Maurício Paiva de Lacerda (1888-1959), deputado federal nos anos 1910. Em 1917, ele defendeu o direito de greve, bem como propôs a instituição de um Código Nacional do Trabalho (*ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS*, 1917, v. 12, p. 114).

reconhecessem como integrantes de um grupo cujos membros possuíam problemas e demandas comuns. Assim, a conscientização política dos operários seria uma forma de mantê-los agregados e dispostos a realizar conjuntamente a defesa de melhorias nas condições de trabalho. Para tanto, os fundadores da UOP propuseram que as reuniões dominicais da entidade fossem destinadas à conscientização dos trabalhadores. Os encontros seriam destinados à realização de conferências acerca de temas históricos e sociológicos, bem como haveria palestras sobre assuntos da atualidade (A REPÚBLICA, 10 jun. 1919, p. 1).

A nova associação buscava se constituir como um centro de formação política do operariado. São escassas as informações referentes ao conteúdo da formação que a UOP ambicionou instituir. Entretanto, convém destacar que um anseio dessa entidade era estimular os operários a debater assuntos políticos de forma rotineira. A discussão desses temas seria fundamental para que os trabalhadores estivessem intelectualmente preparados para compreender a organização da sociedade e a sua própria condição social.

A UOP se apresentava como uma associação de caráter assistencial e recreativo e, por isso, desprovida de um projeto político-eleitoral. Nesse contexto, a UOP se prontificou a fundar escolas leigas com o intuito de promover a educação dos filhos dos trabalhadores. A concretização desse objetivo exigiria que os associados fizessem, com regularidade, contribuições monetárias à UOP. A captação desses recursos também seria efetuada por meio da promoção de festas e quermesses. Em última análise, essa entidade surgiu com a finalidade de congregar os trabalhadores da capital e do interior do estado. Uma função elementar dessa associação era “[...] proteger imediatamente um sócio ofendido ou mesmo ameaçado sempre que a razão esteja com ele” (A REPÚBLICA, 10 jun. 1919, p. 1).

Os novos personagens do movimento operário do Paraná não cogitaram envolver a UOP no jogo eleitoral. No Paraná, no final dos anos 1910, os embates políticos eram travados entre situacionistas e egressos do campo governista. Nessa época, fazia onze anos que não havia participação ostensiva dos trabalhadores desse estado em campanhas eleitorais. Os mentores da UOP entendiam que a ação da entidade deveria ser circunscrita à proteção do trabalhador diante de injustiças cometidas pelos empregadores. Os dirigentes da instituição também ambicionavam que os seus associados desenvolvessem uma compreensão mais consistente sobre os problemas políticos e sociais do país.

Foi lento o processo por meio do qual os novos líderes do operariado local se dispuseram a participar de disputas eleitorais. A análise da trajetória de Elbe Pospissil evidencia que houve momentos nos quais era muito limitada a integração entre esses líderes. Essa análise também possibilita reconhecer que eles não estiveram de forma ininterrupta envolvidos na tarefa de combater os membros do partido governista. Ao contrário, existiram momentos em que essas lideranças mantiveram alguma proximidade com políticos situacionistas. Esses fatores fizeram com que a ação eleitoral dos trabalhadores paranaenses no curso dos anos 1920 tivesse um caráter intermitente.

A fundação da UOP não promoveu a elevação do grau de unidade política das lideranças operárias. Nos anos seguintes à formação dessa entidade, elas permaneceram distantes do quadro partidário. Nesse período, os fundadores da agremiação continuavam infensos à ideia de disputar eleições. A UOP foi fechada pela força policial em 1921, em virtude do envolvimento de seus líderes nas greves de ferroviários ocorridas nos anos de 1919 e 1920.¹⁰ Essa entidade surgiu com uma proposta refratária ao envolvimento em

¹⁰ Essas greves tiveram como objetivos centrais o aumento salarial e a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias (ARAÚJO e CARDOSO, 1986).

greves. Todavia, a participação de sindicalistas como Pospissil no movimento grevista dos ferroviários ocasionou a intervenção policial sobre a UOP e a dispersão dos líderes da entidade. Esse engajamento em greves foi circunstancial. No Paraná, decorrer dos anos 1920, não surgiram outras entidades classistas dedicadas a mobilizar os trabalhadores por meio de recursos como a greve (ARAÚJO e CARDOSO, 1992).¹¹

Pouco antes da extinção da UOP, Pospissil se transferiu para a cidade do Rio de Janeiro. De 1920 a 1921, Pospissil atuou como linotipista do jornal carioca *A Razão* (*A REPÚBLICA*, 19 maio 1921, p. 2).¹² Tais informações evidenciam que o grupo fundador da UOP não demorou a se desagregar. O fechamento dessa entidade foi sucedido pela interrupção momentânea nos esforços em prol da união entre os trabalhadores paranaenses. Em meados de 1921, Pospissil regressou a Curitiba. Nessa ocasião, passou a exercer o referido ofício no jornal *A República* (*A REPÚBLICA*, 22 jun. 1921, p. 2). Dessa forma, ele se tornou empregado do principal órgão da imprensa governista do Paraná.

Nos anos 1920, Pospissil foi uma liderança operária que manteve conexões com integrantes da ordem situacionista. Essas conexões permitiram que ele ingressasse no serviço público em um contexto em que os cargos administrativos eram preenchidos por meio de nomeações discricionárias de governadores e prefeitos. Em 1923, Pospissil já atuava como funcionário da Prefeitura de Curitiba. Ele estava lotado na Diretoria de Obras Públicas (*O DIA*, 20 jan. 1923, p. 5).¹³ Nessa época, portanto, Pospissil não estava proscrito do contato com membros da elite política do estado. Para corroborar essa afirmação, cumpre destacar que no dia 9 de julho do citado ano ele teve uma audiência com Eurides Cunha, que exercia interinamente o cargo de governador (*O DIA*, 10 jul. 1923, p. 6).

Nos anos seguintes ao retorno de Pospissil à cidade de Curitiba, permaneceu pouco frequente a ação eleitoral dos líderes do operariado paranaense. Esse tipógrafo reconheceu tal problema. Nessa época, o limite dos esforços dos dirigentes sindicais para estimular a organização política dos operários consistiu em manter ativas antigas entidades de classe. Uma demanda sustentada por líderes operários do Paraná desde os anos 1890 era a criação de um instituto de previdência para os trabalhadores (*SETE DE MARÇO*, 22 jun. 1890, p. 1). A discussão acerca da aposentadoria dos operários foi peculiar à atividade política de Pospissil. Em julho de 1923, por exemplo, ele foi o delegado dos operários paranaenses no Congresso Internacional de Previdência Social realizado no Rio de Janeiro (*O DIA*, 25 jul. 1923, p. 8).

Entretanto, projetos como o da implementação de partidos operários não tiveram êxito. Nesse período, não era incomum que lideranças operárias manifestassem apoio a membros da ordem governista. Assim, cumpre demonstrar que nos anos finais da Primeira

¹¹ A greve era vista por uma parcela dos sindicalistas brasileiros como o último recurso para a viabilização das demandas de uma classe profissional. Esse recurso não era sempre rejeitado pelos líderes operários que adotavam uma postura conciliatória (BATALHA, 2015). Elbe Pospissil, por exemplo, voltou a se envolver em greves no começo dos anos 1930. Em 1932, ele apoiou a deflagração de uma *greve pacífica* pelos funcionários da Companhia de Força e Luz do Paraná por causa de cobranças abusivas pelos seus serviços e pela demissão arbitrária de operários (*DIÁRIO DA TARDE*, 4 jun. 1932, p. 4).

¹² *A Razão* foi um jornal diário que, em sua primeira fase, circulou de 1916 a 1921. Esse periódico era voltado a assuntos econômicos e políticos. Ele não manteve vínculo formal com partidos, bem como não se enquadrava na condição de órgão da imprensa operária. Os seus editoriais eram críticos às ideias anarquistas e comunistas. Esse jornal defendia que o enfrentamento dos problemas sociais deveria ser realizado sob a inspiração da doutrina cristã (*A RAZÃO*, 1 jan. 1921, p. 1). Assim, não há evidências de que o período em que Pospissil residiu no Rio de Janeiro foi marcado por ligações com lideranças operárias.

¹³ Tito Pospissil, que era um dos irmãos de Elbe Pospissil, também se envolveu nas políticas de nomeações para cargos da administração municipal. Nos anos 1920, ele atuou como fiscal de veículos na capital paranaense (*O DIA*, 5 out. 1926, p. 1). No final da Primeira República, portanto, havia membros da família Pospissil que preservavam as conexões políticas necessárias para participarem de esquemas de nomeações para funções pouco destacadas da administração pública.

República havia dirigentes de entidades operárias do Paraná que defendiam a aproximação com os situacionistas.

Elbe Pospissil e o tema da desagregação política dos operários

Nos anos 1920, Pospissil reconheceu que ainda vigoravam os problemas expostos no manifesto de fundação da UOP. Um problema era a falta de mobilização política dos operários no Paraná. Outro problema eram as limitações culturais dos trabalhadores. Essas dificuldades teriam ocasionado a estagnação do movimento operário no estado. A síntese da análise de Pospissil sobre as deficiências da estruturação desse movimento está contida em uma entrevista publicada no jornal *O Dia* em 14 de agosto de 1924. Ao comentar as características e deficiências da mobilização dos operários, Pospissil ressaltou que “Tudo nos falta para possuímos uma organização trabalhista perfeita, como seria de desejar” (*O DIA*, 14 ago. 1924, p. 3). Ele também afirmou que o operariado local era “falho em cultura”, visto que a sua precária condição econômica bloqueava o acesso a uma educação conveniente. Por consequência, não era incomum que os trabalhadores se entregassem a vícios que dificultavam o “levantamento moral da classe” (*O DIA*, 14 ago. 1924, p. 3).

Pospissil argumentou que a reversão do quadro de apatia política dos operários teria de ser precedida por uma regeneração dos costumes. Ele destacou que a baixa escolaridade e a disseminação de recreações viciosas eram entraves para que os trabalhadores compreendessem a importância de se engajarem nas associações de classe. Durante a Primeira República, o analfabetismo, o jogo e o alcoolismo foram encarados por lideranças operárias do Paraná como obstáculos à mudança na condição social dos trabalhadores.¹⁴

De acordo com Pospissil, esse quadro de problemas seria revertido por meio do fortalecimento das associações de classe (ou *sindicatos de ofícios*). O surgimento dessas entidades favoreceria a formação de uma federação responsável por coordenar a ação política dos operários ligados a sindicatos (*O DIA*, 14 ago. 1924, p. 3). Essa proposta consiste em uma evidência de que as entidades operárias criadas no Paraná no início do século XX não desenvolveram uma atividade permanente. Em geral, essas associações se dissolviam rapidamente. A dissolução da UOP foi acompanhada por dificuldades para a reorganização política dos trabalhadores. A desagregação entre os operários exigiu que novas gerações de dirigentes sindicais se dedicassem à tarefa de reativar antigas associações. Consoante salientado, a primeira federação operária do Paraná surgiu em 1906. Porém, na época em que Pospissil despontou como uma liderança operária não havia uma entidade responsável por coordenar as atividades das distintas entidades de classe do estado.

Por um lado, Pospissil formulou uma condenação aos hábitos que impediriam os trabalhadores de se tornarem mais interessados e capacitados a participar da vida política regional. Por outro lado, ele se apresentou como crítico de um cenário econômico marcado pelo aumento do custo de vida, o qual penalizava diretamente os integrantes do operariado. Essas ideias continuaram a ser advogadas por Pospissil até os anos finais de sua carreira política. Do final dos anos 1910 aos meados dos anos 1930, não houve mudança substantiva no conjunto de propostas e na natureza da atividade política desse tipógrafo.

¹⁴ Uma dessas lideranças era o jornalista Manuel Correia de Freitas (1851-1932), que pertenceu ao Partido Operário do Paraná em 1890. Em 1912, ele se elegeu deputado federal como candidato independente. Nessa ocasião, apresentou uma plataforma na qual ressaltava o seu compromisso de combater o analfabetismo, o jogo e o alcoolismo (*DIÁRIO DA TARDE*, 24 jan. 1912, p. 1).

O propósito de reunir novamente as entidades de classe sob uma federação se concretizou de maneira vagarosa. No decorrer da década de 1920, a principal atividade de Pospissil junto ao operariado consistiu em participar da diretoria de associações de trabalhadores, as quais não possuíam um vínculo formal entre si. Nessa época, existiam grupos profissionais do estado dispostos a apoiar a fundação de sindicatos. Entretanto, essa disposição não gerou a elevação do grau de unidade entre as associações de trabalhadores paranaenses. Ela também não propiciou um envolvimento sólido dos expoentes do movimento operário na vida política regional.

Nos anos finais da Primeira República, Pospissil pertenceu à diretoria de três entidades de trabalhadores. Em 1926, ele foi eleito membro do conselho fiscal do Centro Gráfico Paranaense (COMMERCIO DO PARANÁ, 14 abr. 1923, p. 1). Em tal ano, atuou como orador de duas entidades sediadas em Curitiba – a Sociedade Protetora dos Operários (O ESTADO DO PARANÁ, 22 jan. 1926, p. 4) e a Sociedade Operária do Batel (O DIA, 19 mar. 1926, p. 5). Portanto, distintos segmentos do operariado estavam suficientemente coesos para manter entidades de classe em funcionamento. Eles conseguiram se organizar para desenvolver atividades rotineiras, a exemplo da eleição de novas diretorias. Todavia, líderes operários como Elbe Pospissil não tiveram êxito no projeto de reunir os membros dessas agremiações em um partido político.

O surgimento do Partido Socialista Paranaense: aspectos fundamentais do seu ideário programático

A fundação do Partido Socialista Paranaense (PSP) ocorreu em 30 de abril de 1925. Em verdade, essa agremiação era uma seção estadual do Partido Socialista do Brasil (PSB), que estava sediado na cidade do Rio de Janeiro (O DIA, 1 maio 1925, p. 8). O PSB foi uma agremiação cujos dirigentes se opunham ao *socialismo revolucionário*, assim como reconheciam as greves eram prejudiciais à ordem econômica (CASTELLUCCI, 2022).¹⁵

No PSP, Pospissil exerceu o posto de segundo-secretário. A função de primeiro-secretário, que era o principal cargo na administração do partido, foi desempenhada por Nerval Silva, cirurgião-dentista proveniente da Bahia, estado no qual começou a se envolver no movimento operário (SILVA, 2019). Em síntese, a formação do PSP é uma evidência de que os dirigentes sindicais do Paraná estavam conectados a líderes operários de outras regiões do país. Essa conexão permitiu que o partido socialista surgido na então capital da República tivesse o apoio de lideranças operárias radicadas em Curitiba, as quais se envolveram na criação de uma seção estadual da nova agremiação.

Nesse contexto, Pospissil já havia deixado o emprego no jornal *A República*. Ele se desligou, pois, do periódico que ainda apoiava o partido governista. Ao tempo da criação do PSP, Pospissil exerceu o ofício linotipista da *Gazeta do Povo*, jornal comandado à época por adversários dos situacionistas (COMMERCIO DO PARANÁ, 22 abr. 1925, p. 2). Essa aproximação com oposicionistas não lhe impediu de obter novas nomeações no serviço público. Pospissil permaneceu como servidor da Prefeitura de Curitiba ao menos até os anos finais da Primeira República. Em 1929, por exemplo, ele exerceu a função de auxiliar da Diretoria de Contabilidade e Tesouro da capital paranaense (A REPÚBLICA, 26 mar. 1929, p. 4). Conforme demonstrado na seção subsequente, a ligação de Pospissil com

¹⁵ O Partido Socialista Brasileiro defendia propostas como a reforma eleitoral, instituição do salário mínimo, extinção do Senado, estatização dos serviços de energia elétrica e transportes, reconhecimento diplomático da União Soviética e desativação da embaixada brasileira no Vaticano (DULLES, 1977).

integrantes do partido governista não foi rompida em virtude de sua aproximação momentânea com membros da oposição estadual.

Em distintos estados brasileiros, a fundação de partidos socialistas se iniciou nos anos 1890. As primeiras unidades dessas agremiações foram instaladas nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo (SCHMIDT, 2007). No decorrer da primeira década republicana, surgiram outras agremiações inspiradas na plataforma socialista. Nos estados do Amazonas e da Bahia, por exemplo, houve a fundação de partidos que professavam esse ideário (CASTELUCCI, 2008; PINHEIRO, 2019). Eles buscaram conquistar a adesão do operariado, mas foram marcados pela breve duração. Analogamente ao caso do Partido Operário do Paraná, as agremiações socialistas criadas no Brasil no curso da Primeira República não atingiram um grau de unidade suficiente para participar de sucessivos pleitos eleitorais. A efemeridade e a baixa competitividade eleitoral foram elementos inerentes à história dos partidos operários e socialistas surgidos na cena política brasileira em tal época (LONER, 2010). As dificuldades para a constituição de agremiações operárias internamente coesas se prolongaram até a década de 1920 (FAUSTO, 1997; KAREPOVS, 2006).

Ao mesmo tempo, convém destacar que os partidos socialistas fundados no Brasil republicano sustentaram projetos de caráter reformista. Essas agremiações apresentaram propostas que guardavam semelhanças com as sugestões que Pospissil endossava desde a época em que participou da fundação da UOP. Os partidos socialistas rejeitavam as greves como medidas para viabilizar demandas do operariado. Eles defendiam a via da negociação junto aos empregadores e às instâncias do poder público. Era frequente nos manifestos socialistas a ideia de que preferiam a mediação em detrimento do conflito. Esses partidos se dedicaram à denúncia dos problemas sociais, assim como sugeriram medidas conciliatórias para atender aos pleitos do operariado. Por consequência, a fundação de partidos era um objetivo capital dos socialistas, visto que consideravam que a conquista de espaço nas instituições políticas possibilitaria a realização gradual das reivindicações dos trabalhadores. Em última análise, os socialistas brasileiros rejeitaram a alternativa revolucionária como forma de instituição de seu projeto (CARONE, 1977; PRADO, 2019).

Na Primeira República, houve ampla adesão de líderes operários à corrente do *sindicalismo amarelo* (ou reformista), a qual preconizava a conciliação entre patrões e empregados. Havia partidários do socialismo que reconheciam a pertinência dessa corrente, a qual também era aceita por positivistas e cooperativistas. Tal corrente era a antítese do *sindicalismo revolucionário* (ou de ação direta) (BATALHA, 1989; BATALHA, 2000). O PSP era liderado por adeptos da vertente reformista do sindicalismo. A exemplo de Elbe Pospissil, os dirigentes desse partido estavam familiarizados com a participação em associações mutualistas, nas quais o objetivo primordial era instituir medidas de assistência econômica aos trabalhadores. A participação em greves foi apenas ocasional na trajetória de líderes operários como Pospissil.¹⁶

Nesse âmbito, cumpre salientar que as propostas desse partido foram inspiradas na plataforma do PSB. Em boa medida, as propostas são análogas às sugestões apresentadas por Pospissil desde os primórdios de sua atuação no meio sindical. Uma proposta era a moralização dos costumes do operariado. O combate ao jogo e ao alcoolismo estava presente no manifesto divulgado pelo PSP. Essa agremiação advogava que era preciso que os trabalhadores se filiassem a uma entidade de classe. Nesse período, o aperfeiçoamento

¹⁶ No começo dos anos 1920, Elbe Pospissil foi um apoiador de greves de ferroviários ocorridas no Paraná (SOUZA, 2019).

da organização política dos operários e o cerceamento de comportamentos viciosos permaneciam como preocupações centrais da geração de líderes sindicais da qual Pospissil fez parte. Os socialistas paranaenses também defenderam reformas de âmbito nacional. Eles reivindicaram, por exemplo, a adoção do voto secreto e do sufrágio feminino. Outra proposta encampada por eles era a promoção de uma reforma tributária que resultasse na criação do imposto único e progressivo (COMMERCIO DO PARANÁ, 1 maio 1925, p. 8)

Um anseio do PSP era se afirmar como uma agremiação dotada de amplo apoio dos sindicatos. Os seus dirigentes se comprometeram a escolher candidatos que pertencessem a associações de operários. No entendimento desses dirigentes, os trabalhadores não deveriam votar na “[...] burguesia parasitária e políticos que nada têm feito pelo seu bem-estar” (COMMERCIO DO PARANÁ, 1 maio 1925, p. 8). Por fim, cabe mencionar que o PSP também se propôs a atuar como uma entidade de auxílio aos operários, visto que registrou em seu manifesto o compromisso de fornecer orientação gratuita a seus filiados em assuntos como acidentes de trabalho. Assim, um anseio dessa agremiação era contar com o apoio de uma rede de sindicatos, cujos associados formariam um eleitorado cativo.

Contudo, o PSP não desenvolveu uma atividade eleitoral. A sua existência não ultrapassou o momento da constituição do comitê executivo. O fato de esse partido não ter participado de eleições denota que, em relação a outros estados brasileiros, os operários paranaenses possuíam menor condição de permanecerem politicamente agregados por longo tempo. Em 1926, por exemplo, o partido socialista existente no Rio de Janeiro conseguiu formar uma chapa para participar das eleições municipais. Porém, os candidatos dessa chapa não se elegeram (CASTELLUCCI, 2022).

Desse modo, o PSP não reuniu adesões suficientes para criar diretórios e consolidar sua presença no interior do estado. O desaparecimento dessa agremiação provocou o retorno de uma situação política na qual o partido situacionista do Paraná não possuía concorrentes. Os veteranos e os personagens emergentes do campo da oposição não conseguiram empreender o combate ininterrupto às candidaturas oficiais. Nesse cenário de baixa integração entre os adversários dos governistas, restou aos oposicionistas a alternativa da candidatura avulsa.

A ação eleitoral de Pospissil nos anos finais da Primeira República: o envolvimento em contendas no movimento operário

No final dos anos 1920, os dirigentes sindicais do Paraná não permaneceram envolvidos de forma ininterrupta em tentativas de criar um partido que contrabalançasse o poder da agremiação oficial. Ao contrário, houve momentos de aproximação entre uma parcela desses dirigentes e membros do partido majoritário. Existiram líderes operários que apoiaram políticos governistas. Em novembro de 1927, por exemplo, Pospissil foi signatário de uma mensagem enviada pelas sociedades operárias de Curitiba ao senador Affonso Alves de Camargo (1873-1958), prócer do PRP e recém-eleito governador do estado. Nessa ocasião, tais associações demandaram que Camargo mantivesse o engenheiro civil João Moreira Garcez (1885-1957) no cargo de prefeito da capital. Para justificar essa solicitação, que não foi acatada, os operários salientaram que o chefe do Executivo Municipal havia dotado Curitiba de “[...] conforto e beleza que a distinguem das mais notáveis cidades brasileiras” (DIÁRIO DA TARDE, 29 nov. 1927, p. 1).

Em virtude da falta um partido de oposição e da frágil integração política das agremiações operárias, a principal forma de ocorrer a eleição de um membro de entidade de classe era por meio de uma concessão dos governistas. Conforme ressaltado, em 1929, na

disputa pelas trinta vagas de deputado estadual, o PRP cedeu quatro cadeiras aos representantes dos grupos políticos minoritários. Pospissil obteve a vigésima oitava colocação nesse pleito. Portanto, ele foi o segundo candidato mais votado dentre os quatro postulantes avulsos que conseguiram se eleger (A REPÚBLICA, 29 nov. 1929, p. 3).

A atuação de Pospissil no Congresso Legislativo Estadual não foi caracterizada pela oposição implacável ao governador Affonso Camargo. Em verdade, Pospissil foi situado pela imprensa regional como membro da bancada *affonsista*, isto é, o grupo de parlamentares que conferia apoio àquele mandatário (O DIA, 1 fev. 1930, p. 1). No Congresso local, o convívio de Pospissil com os membros do partido majoritário não foi marcado por embates. Em 1930, por exemplo, esse deputado conseguiu que um projeto de sua autoria fosse aprovado no Congresso Legislativo e sancionado pelo governador. Esse projeto isentava do pagamento de impostos estaduais as sociedades operárias beneficentes que tivessem personalidade jurídica (DIÁRIO DA TARDE, 27 mar. 1930, p. 1). Pospissil, portanto, adotou uma postura conciliatória nas relações que manteve com membros da classe política.

Por um lado, nos anos finais da Primeira República os grupos políticos minoritários permaneceram dependentes de concessões eventuais de seus adversários para eleger candidatos. Eles também não se agregaram para efetuar a oposição aos mandatários ligados ao partido governista. Por outro lado, as divergências entre os membros daqueles grupos criaram obstáculos ao crescimento de sua força eleitoral. Esses antagonismos também ocorreram no interior do movimento operário.

Em 1930, a Federação Operária do Paraná retomou suas atividades. Essa retomada consistiu em uma nova iniciativa para congregar os trabalhadores do estado. Desde a extinção da UOP, não surgira outra associação para unificar os trabalhadores paranaenses. Nota-se, pois, que nos anos finais da Primeira República permanecia pouco estável o funcionamento das entidades operárias do estado. A curta duração foi um aspecto intrínseco à história dessas associações. Elbe Pospissil e Nerval Silva, antigos correligionários do PSP, participaram do processo de reestruturação da FOP. Contudo, eles não ocuparam funções no núcleo dirigente da agremiação. A presidência dessa entidade foi destinada a Gastão Chaves, que era engenheiro eletricitista e empresário da construção civil (DIÁRIO DA TARDE, 10 jan. 1930, p. 6). Esse episódio denota que os líderes sindicais travaram uma disputa no interior do movimento operário com indivíduos que não possuíam extensa participação em associações de classe. No mencionado ano, essa disputa se evidenciou no momento da escolha do candidato da FOP à Câmara dos Deputados.

De um lado, cabe salientar que tanto os aliados de Pospissil quanto os de Chaves não tinham o objetivo de atuar como opositores do grupo que comandava o Governo do Estado. Eles adotaram uma linha política marcada pela conciliação com os integrantes do partido majoritário. Ambos os setores de líderes operários jamais realizaram oposição tenaz aos situacionistas. Em 3 de janeiro de 1930, por exemplo, os membros da diretoria da FOP se encontraram com o governador Affonso Camargo para lhe prestar “inteira solidariedade política” (A REPÚBLICA, 4 jan. 1930, p. 3). Em verdade, não era incomum a existência de associações operárias ligadas a partidos governistas. Nos anos 1920, tal situação ocorreu no Rio Grande do Sul (PACHECO, 2004).

De outro lado, convém destacar que a definição de candidatos ao Congresso Nacional gerava celeumas no movimento operário do Paraná. Em 1890, o Partido Operário local não contou com o apoio de uma fração dos trabalhadores do estado pelo fato de que não incluiu operários em suas chapas de senador e deputado constituinte (A REPÚBLICA, 6 set. 1890, p. 2). Em 1930, a ala da FOP representada por Elbe Pospissil defendeu que o

candidato a deputado federal apoiado pela associação teria de ser proveniente do meio sindical. Outra ala sustentou que o presidente da entidade deveria ser aclamado como o postulante oficial da associação. Ao final, Chaves conseguiu ser indicado pela convenção da FOP como o candidato da entidade. No entendimento de Pospissil, esse empresário era um elemento estranho ao movimento operário. Segundo Pospissil, Chaves “[...] a todo custo e a golpes de audácia quer ser representante da classe que ele explora e que julga que lhe fará escada para subir” (DIÁRIO DA TARDE, 25 jan. 1930, p. 8).

Nas eleições de 1º de março de 1930, os operários paranaenses estavam cindidos. Gastão Chaves não contou com o respaldo da totalidade das associações operárias quando tentou se eleger para a Câmara dos Deputados. Uma parcela das lideranças sindicais considerou que a homologação de sua candidatura não foi precedida por ampla consulta ao operariado (DIÁRIO DA TARDE, 29 jan. 1930, p. 2). Por consequência, a votação de Chaves foi pouco relevante. Ele obteve 3.490 sufrágios (2,1%). Essa votação lhe assegurou apenas a oitava colocação no pleito. Ele foi suplantado pelos quatro candidatos do PRP e pelos três postulantes da Aliança Liberal (O DIA, 10 abr. 1930, p. 1).

No movimento operário paranaense, no período que corresponde ao ocaso da Primeira República, surgiram novas lideranças, as quais mantiveram uma relação conflituosa com veteranos do meio sindical. Essas cizânias levaram à manutenção de um cenário no qual o projeto de instituir um partido operário não tinha condições de ser implementado. As divergências internas à FOP impediram a fundação de um Partido Trabalhista, ideia que era defendida por Pospissil e constava no manifesto daquela entidade. O objetivo desse tipógrafo era que a agremiação se tornasse uma seção do Partido Trabalhista Nacional, o qual fora criado em 1928 e era filiado à Internacional Operária Socialista (ABREU, 2015).

Todavia, essa ideia não prosperou. O grupo que ascendeu ao comando da FOP em 1930 não avalizou o plano de Pospissil (DIÁRIO DA TARDE, 25 jan. 1930, p. 1). Dessa forma, um dos impactos das querelas entre os dirigentes sindicais do Paraná consistiu na ausência de uma agremiação dedicada a participar de sucessivos pleitos eleitorais. Em suma, esses dirigentes não exerceram uma posição de liderança no campo da oposição estadual.

A atuação política de Elbe Pospissil nos anos 1930: as novas tentativas de estruturação de partidos operários

Pospissil foi um apoiador do movimento armado que levou Getúlio Vargas à Presidência da República em 1930 (DIÁRIO DA TARDE, 7 out. 1930, p. 2). Todavia, ele não se integrou ao grupo situacionista formado no Paraná após a deposição do governador Affonso Camargo. Pospissil permaneceu na condição de líder sindical empenhado na formação de um partido operário. Trata-se, pois, de evidenciar os fatores do insucesso desse projeto. Para tanto, cumpre apresentar um panorama do quadro político paranaense nos anos seguintes à Revolução de 1930.

De 1931 a 1937, a cena partidária estadual foi marcada pelo aparecimento de distintas agremiações, as quais representaram específicos setores do eleitorado. Houve partidos que surgiram com a finalidade encampar, por exemplo, as demandas de estudantes, operários e católicos. Nas eleições parlamentares de 1934, existiam nove partidos em atividade no Paraná. O crescimento do número de agremiações partidárias foi inerente à vida política dos estados brasileiros no início da Era Vargas (SILVA e SILVA, 2015).

No Paraná, no entanto, apenas três agremiações eram eleitoralmente competitivas: o Partido Social Democrático (PSD), de orientação governista, o Partido Social Nacionalista (PSN), formado por ex-integrantes da situação, e a União Republicana Paranaense (URP), partido de oposição controlado pelos políticos que perderam seus mandatos por ocasião da Revolução de 1930. Eram somente essas agremiações que possuíam apoios suficientes para eleger candidatos ao Congresso Nacional e à Assembleia Legislativa (OLIVEIRA, 1997). Outros partidos, a exemplo da Ação Integralista Brasileira, conseguiram apenas eleger vereadores na capital e no interior do estado (DITZEL, 2007; SILVA, 2019).

Nesse contexto, Pospissil reconheceu que a divisão do operariado em diferentes correntes ideológicas impedia o combate aos partidos que abrigavam políticos profissionais e estavam alinhados aos setores da elite econômica nacional. Atente-se ao seguinte excerto de um artigo de Pospissil publicado no jornal *O Dia* em 11 de agosto de 1931:

O sectarismo intransigente tem sido o grande mal de todas as organizações proletárias do Brasil e quiçá do mundo. Os comunistas como os anarquistas e socialistas pensam e julgam que só vingará a emancipação proletária dentro dos princípios por eles defendidos. São individualistas e obcecados pela ideia que abraçaram. O grande e irremediável mal é vermos operários contra operários, camaradas contra camaradas enquanto os burgueses continuam descansados, fazendo o que entendem e explorando, muitas vezes, os seus próprios contendores (O DIA, 11 ago. 1931, p. 8).

De acordo com Pospissil, o movimento operário estava fracionado em segmentos que não se comunicavam. A perpetuação dos antagonismos entre as lideranças sindicais do Paraná se verificou em 1932. Em tal ano, Pospissil planejou reinstalar no estado um partido socialista. Ele considerou que a plataforma apresentada pelo extinto PSP ainda se mostrava adequada para atender às reivindicações dos trabalhadores (DIÁRIO DA TARDE, 27 abr. 1932, p. 3). De forma semelhante ao caso do PSP, essa nova tentativa de criar uma agremiação socialista não contou com apoios suficientes para que o partido funcionasse de modo regular e promovesse a interiorização de diretórios. Por consequência, nas eleições realizadas em 1933 para senador e deputado constituinte não havia um partido operário em atividade no Paraná. Naquele ano, os situacionistas eram combatidos apenas por governistas dissidentes e ex-integrantes do partido dominante que existiu no estado durante a Primeira República (RICCI, 2019).

Em 1934, Pospissil participou de outra tentativa destinada à fundação de um partido operário. Ele foi um dos idealizadores do Partido Reivindicador Proletário do Paraná (PRPP), cujo cargo de 1º secretário coube a Alberto Cruz, que despontara como liderança operária no começo da década. A principal tarefa de Pospissil nessa agremiação era atuar como redator do jornal *A Barricada*, cujo diretor era o metalúrgico Waldemar Reikdal (A BARRICADA, 20 mar. 1934, p. 1). A filiação ao PRPP levou Pospissil a conviver com novos integrantes do movimento operário. Analogamente à situação ocorrida na época da restauração da FOP, a relação entre essas diferentes gerações de dirigentes sindicais foi marcada por dissensões.

No referido ano, o PRPP lançou chapas completas aos cargos de deputado estadual e deputado federal. Essa agremiação conseguiu adesões junto a grupos profissionais como o dos ferroviários (MONTEIRO, 2007). Porém, Pospissil se desligou do partido um mês antes das eleições parlamentares, as quais foram realizadas em outubro. Em uma mensagem enviada à imprensa para informar sobre esse desligamento, ele fez uma crítica tácita ao aumento do número de indivíduos que arrogavam para si a incumbência de liderar o operariado paranaense. Leia-se, pois, o seguinte extrato da mensagem de Pospissil:

Tomando esta resolução [de deixar o PRPP], que é a prova mais cabal da minha sinceridade para com os operários, nesta hora que surgem de todos os lados os “amigos” à cata de votos, entrego ao seu discernimento a renúncia irrevogável, ficando com o direito de agir da forma como bem entender de agora em diante (DIÁRIO DA TARDE, 7 set. 1934, p. 1).

O PRPP participou de seu único pleito eleitoral após vivenciar uma cisão entre os membros do núcleo dirigente. A crise atravessada pela agremiação desmobilizou os correligionários. Por consequência, o partido teve uma pequena votação e todos os seus candidatos foram derrotados. Dentre os nove partidos que participaram da disputa, o PRPP conquistou apenas a oitava colocação (GAZETA DO POVO, 2 nov. 1934, p. 1).

Esse insucesso eleitoral levou o partido a se extinguir. Pospissil, contudo, permaneceu politicamente ativo. Em 1935, ele foi eleito deputado estadual na vaga destinada ao representante dos empregados (O DIA, 15 out. 1935, p. 8). Essa eleição não foi decorrente da elevação da competitividade eleitoral dos líderes sindicais do estado. Ela derivou da existência da representação classista na Assembleia Legislativa do Paraná. Naquele ano, a nova Constituição Estadual determinou que, além dos deputados eleitos por partidos, haveria a escolha de representantes dos empregadores, empregados e profissionais liberais (CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO PARANÁ, 1935, p. 5). Na Primeira República, o lançamento de chapa incompleta pelos governistas viabilizou a eleição de Pospissil para o cargo de deputado estadual. No contexto da Era Vargas, a representação classista foi o artifício que possibilitou a Pospissil voltar a exercer tal função apesar do malogro de suas iniciativas para estruturar um partido operário.

Datam de 1937 os últimos movimentos de Pospissil na cena política regional. Em tal ano, ele fundou a União Trabalhista Paranaense (UTP), da qual foi presidente. O objetivo dessa associação era apoiar localmente a candidatura presidencial de Armando Salles de Oliveira, ex-governador de São Paulo (DIÁRIO DA TARDE, 10 jul. 1937, p. 1). Marcado para janeiro de 1938, esse pleito não se realizou em virtude do advento do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937 (ABREU, 2015).

Ao assumir a presidência da UTP, Pospissil aproximou-se dos gestores paranaenses da União Democrática Brasileira (UDB), a qual sustentava a candidatura de Armando Salles e tinha como líder nacional o ex-presidente Artur Bernardes. Desse modo, o principal dirigente da UDB era um expoente da ordem política oligárquica que vigorou no país durante a Primeira República. No Paraná, tal agremiação era composta por políticos como o ex-senador Marins Alves de Camargo (1882-1962), que pertencera ao PRP e era irmão do citado Affonso Camargo (DIÁRIO DA TARDE, 15 jul. 1937, p. 1).

Assim, Pospissil encampou uma candidatura oposicionista à Presidência da República, a qual era apoiada no Paraná por indivíduos que atuaram como situacionistas ao tempo da Primeira República e se acomodaram na oposição durante a Era Vargas. Portanto, nesse contexto Pospissil já se encontrava politicamente afastado dos apoiadores de primeira hora da Revolução de 1930.

O vínculo de Pospissil com membros da oligarquia que governou o Paraná na Primeira República também se evidencia no fato de que, pouco antes da instauração do Estado Novo, ele exercia o posto de secretário de redação do *Diário da Tarde*, órgão cujos diretores possuíam ligações políticas e familiares com os integrantes do extinto PRP

(DIÁRIO DA TARDE, 25 set. 1937, p. 1).¹⁷ No contexto do Estado Novo, Pospissil permaneceu como funcionário do *Diário da Tarde*. Em 1940, três anos antes do seu falecimento, ele se tornou redator-chefe desse jornal (DIÁRIO DA TARDE, 9 dez. 1940, p. 1).

Na etapa final de sua atividade partidária, Pospissil estava acomodado na condição de um opositor do Governo Estadual. Nesse período, conservou as conexões sociais necessárias para fundar entidades operárias.¹⁸ Por outro lado, ele se mostrou inclinado a estabelecer uma aliança com veteranos que lideravam regionalmente a oposição. Esses veteranos provinham de um grupo político ao qual Pospissil não pertenceu durante a Primeira República.

Considerações finais

A finalidade deste trabalho consistiu em investigar a ação política de Elbe Lauro Pospissil, tipógrafo paranaense que se consolidou como líder sindical em fins dos anos 1910 e permaneceu politicamente ativo até o final da década de 1930. A análise do caso desse sindicalista permitiu reconhecer a natureza das celeumas internas ao movimento operário regional. Por conseguinte, foram salientados os fatores que impuseram dificuldades à existência de partidos operários longevos e eleitoralmente competitivos no Paraná. O presente artigo ateu-se, pois, a uma trajetória política marcada por sucessivos malogros. Os objetivos irrealizados de Pospissil ilustram os percalços experimentados por sindicalistas que tentaram estruturar partidos, definir estratégias eleitorais, formar uma base eleitoral e manter a unidade entre os seus correligionários. Dos anos finais da Primeira República aos meados da Era Vargas, houve a reiteração de problemas que impossibilitaram uma atividade eleitoral consistente e regular dos líderes operários naquele estado.

Há três resultados deste artigo que demandam especial atenção. Primeiro, convém salientar que a geração de lideranças sindicais à qual Pospissil pertenceu era adepta de ideias conciliadoras no que respeita às relações entre operários e empresários. Os integrantes dessa geração também defendiam a realização gradual de reformas sociais. As agremiações operárias das quais Pospissil participou reivindicaram para si a incumbência de mediarem junto aos empregadores e à classe política a concretização de demandas dos trabalhadores. Uma semelhança entre os grupos rivais do movimento operário paranaense consistia no fato de que não fizeram oposição permanente aos governantes. No contexto da Primeira República, houve momentos em que dirigentes de associações operárias manifestaram seu apoio a indivíduos filiados a partidos situacionistas. Dessa forma, Pospissil e seus correligionários adotaram uma linha de ação política que era comum entre os líderes sindicais brasileiros que se envolveram no jogo eleitoral.

Segundo, cumpre destacar que a falta de coesão do movimento operário local quanto aos assuntos eleitorais é evidenciada no fato de que não prosperaram as iniciativas de Pospissil destinadas à criação de partidos. Ele não obteve apoios suficientes para construir agremiações enraizadas nas distintas regiões do estado. Ao mesmo tempo, os

¹⁷ Nessa época, os diretores do *Diário da Tarde* eram os advogados Arthur Santos, Hostílio César de Souza Araújo e Laertes de Macedo Munhoz. Nos anos 1930, esses bacharéis pertenceram aos quadros da União Republicana Paranaense. Ou seja, eles eram correligionários dos políticos que fizeram parte do campo governista do Paraná durante a Primeira República (GOMES, 2021).

¹⁸ A participação de Pospissil em associações operárias se prolongou durante os anos do Estado Novo. Em 1941, por exemplo, ele ainda era um ativo membro da Sociedade Beneficente dos Operários do Batel (O DIA, 18 fev. 1941, p. 4).

partidos trabalhistas e socialistas que Pospissil fundou tiveram curta duração em virtude de rivalidades entre seus dirigentes.

Terceiro, ressalta-se que nos anos anteriores à Revolução de 1930 a competição pelo controle de entidades como a Federação Operária do Paraná era um fator de desagregação dos líderes operários. A atuação sindical de Pospissil ocorreu em uma época marcada pela disputa entre líderes históricos e personagens emergentes no movimento operário local. Nas eleições parlamentares de 1930, essa disputa impediu que o operariado se unisse em torno de um postulante à Câmara dos Deputados. No início da Era Vargas, tais confrontos ainda vigoravam. Essas dissensões impactaram negativamente o desempenho eleitoral dos candidatos ligados aos trabalhadores. Nos anos 1930, as agremiações operárias não conseguiram se consolidar na cena política regional. Às vésperas da instituição do Estado Novo, as mais sólidas relações políticas de Pospissil foram mantidas com membros da oligarquia que comandou o grupo governista do Paraná durante a Primeira República.

Referências

Documentos

A Barricada (PR)

A Razão (RJ)

A República (PR)

Anais da Câmara dos Deputados (RJ)

Commercio do Paraná (PR)

Dezenove de Dezembro (PR)

Diário da Tarde (PR)

Gazeta do Povo (PR)

Gazeta Paranaense (PR)

O Dia (PR)

O Estado do Paraná (PR)

Sete de Março (PR)

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015 [e-book].

ALVES, Luiz Fellipe. *Elites integralistas em Paranaguá nos anos 1930: organização e estruturas sócio-afetivas*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019.

ARAÚJO, Sílvia; CARDOSO, Alcina. *1º de maio: cem anos de solidariedade e luta*. Curitiba: Beija Flor, 1986.

ARAÚJO, Sílvia; CARDOSO, Alcina. *Jornalismo e militância operária*. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966.

BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BATALHA, Claudio. Outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. In: *Anais do 13º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Caxambu: s/e, 1989, p. 01-16.

BATALHA, Claudio. Sindicalismo amarelo. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015 [e-book].

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTELLUCCI, Aldrin. O Partido Socialista do Brasil: sujeitos, projetos e ação político-eleitoral (1925-1926). *Varia História*, n. 77, p. 517-557, 2022.

CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

DITZEL, Carmencita Holleben de Mello. *Imaginários e representações: o Integralismo nos Campos Gerais*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. Minervino de Oliveira: um negro comunista disputa a Presidência do Brasil. *Lua Nova*, n. 101, p. 13-51, 2017.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FABRIS, Pâmela Beltramin; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Os trabalhadores têm cor. In: GRUNER, Clóvis; RIBEIRO, Luiz Carlos (orgs.). *Utopias e experiências operárias*. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 75-92.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

GOMES, Sandro Aramis Richter. Políticos destituídos e competição partidária em um contexto estadual: o perfil social e o desempenho dos candidatos da União Republicana Paranaense em 1934. *História Revista*, n. 2, p. 322-353, 2021.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia do Paraná (1889-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GRANATO, Natália Cristina. *O processo da Revolução de 1930 no Paraná: atores políticos e dissidências oligárquicas*. Tese (Doutorado em Sociologia). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao Parlamento: o Bloco Operário Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

LONER, Beatriz. O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República. *Anos 90*, n. 31, p. 111-143, 2010.

MONTEIRO, Claudia. Ferrovários em greve: relações de dominação e resistência na RVPSC. *Revista de História Regional* (Ponta Grossa), n. 1, p. 09-24, 2007.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia paranaense*. Vol. 6. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Nota sobre a política paranaense de 1930 a 1945. *Revista de Sociologia e Política*, n. 9, p. 47-56, 1997.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *A vaga sombria do poder: vida associativa e cultura política na Porto Alegre da década de 1920*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

PARANÁ. *Constituição Política do Estado do Paraná – 1935*. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1935.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Dilemas da propaganda socialista em Manaus no alvorecer do século XX. *Projeto História*, n. 1, p. 399-428, 2020.

PRADO, Carlos Batista. *Partidos e sindicatos: o PCB, a oposição de esquerda e o Movimento Operário no Brasil (1922-1936)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. *“A terceira estrela da federação”*: a bancada gaúcha no contexto político eleitoral dos anos 1920 a 1924. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 131-183.

SILVA, Estevão; SILVA, Thiago. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e Política*, n. 56, p. 75-106, 2015.

SOUZA, Jhonatan Uewerton. Um líder operário nas redações: Nerval Silva, a União Operária do Paraná e a crise da Primeira República (1920-1932). In: SCHEER, Micaele; PERANZA, Clarise Gontarski (orgs.). *Trabalho, democracia e direitos: mundos do trabalho, identidades e cultura operária*, vol. 2. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, p. 16-32.

VALENTE, Silza Maria Pazello. *A presença rebelde na cidade sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1920*. Londrina: Ed. UEL, 1997.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930*. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

Notas de autoria

Sandro Aramis Richter Gomes é graduado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realiza estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. E-mail: argomes8@gmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

GOMES, Sandro Aramis Richter. Movimento operário, partidos estaduais e mudança política: a trajetória de Elbe Lauro Pospissil (Paraná, 1919-1937). *Sæculum – Revista de História*, v. 28, n. 49, p. 55-76, 2023.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 27/03/2023.

Modificações solicitadas em 15/05/2023.

Aprovado em 22/06/2023.